



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - CAMPUS CASTANHAL

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade do Pará (UFPA) foi criada pela Lei nº 3.191 de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém há época. Ao longo da sua história, exerceram o cargo de Reitor da Instituição 16 professores (contando com a participação de dois na condição de interino) e, atualmente, é administrada pelo Prof. Emmanuel Zagury Tourinho que se encontra no exercício do segundo mandato (2020-2024).

Configurando-se com uma Instituição Federal de Ensino Superior (IES), a UFPA está organizada sob a forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), tendo como princípio a integração das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, condição basilar sacramentado em seu Regimento Geral intitulado Regimento dos Órgãos Executivos. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025), a missão precípua da UFPA é produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, visando a formação de cidadãos e cidadãs capazes de promover a construção da sociedade de forma sustentável, ancorada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

Consciente de seu papel social, a UFPA historicamente construiu-se como IES de referência na Amazônia, estabelecida no Estado paraense, cuja dimensão territorial destaca-se por ser significativa, alcançando 1.248.00 km² e com população estimada em 8,074 milhões de habitantes (IBGE, 2014). Atualmente, atende de forma abrangente a população dos municípios do interior, que historicamente não tiveram seu direito de acesso ao Ensino Superior reconhecido.

Esse processo de interiorização iniciou em meados de 1980 com a realização de vestibulares para os cursos de Licenciatura como História, Geografia, Matemática, Letras e Pedagogia (FONTES, 2018). O município de Castanhal/PA, contudo, havia firmado desde abril de 1978, a assinatura de Convênio para a implantação da Universidade Federal do Pará, por meio do Núcleo de Educação e do Serviço de Extensão.

A assinatura deste Convênio e o estabelecimento deste Núcleo no município castanhalense referendou-se, sobretudo, pelo papel geográfico estratégico da cidade com vistas ao atendimento também das Zonas Bragantina, Guajarina e Salgado. Vale ressaltar que o Campus Universitário de Castanhal acolhe uma diversidade de estudantes oriundos de mais de cinquenta municípios do Estado (UFPA, 2021), congrega cinco Subunidades Acadêmicas (Faculdade de Computação, Faculdade de Letras, Faculdade de Matemática, Faculdade de Pedagogia e Faculdade de Educação Física), além do Instituto de Medicina Veterinária. Nesta construção, a Faculdade de Educação Física (FEF) acolheu sua primeira turma de calouros/as no ano 2000, ofertando o curso de graduação em Licenciatura em Educação Física (Atos Normativos do Curso: Resolução CONSEPE nº 2664 de 16/09/1999, publicada em 16/09/1999; Portaria de Reconhecimento do MEC nº 3799 de 17/11/2004, publicada em 18/11/2004). Na ocasião, o quadro docente era constituído por professores/as vinculados/as ao Departamento de Educação Física/Centro de Educação do Campus Universitário do Guamá, validando assim, a parceria firmada entre a UFPA e a Prefeitura de Castanhal, sendo o primeiro curso de graduação em Educação Física desta IES.

Para a primeira turma, iniciada no ano de 2000, foram ofertadas 50 vagas e nos anos seguintes 40 vagas. Em 2012, a FEF passou a integrar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI (Decreto nº 6.096 de 27 de abril de 2007, ampliando assim, o número de vagas ofertadas, constituindo-se em duas entradas: uma no segundo período letivo e outra no quarto período letivo/extensivo); sendo cada entrada/semestre com 40 vagas ofertadas ? totalizando 80 vagas anuais.

A Faculdade de Educação Física também passa a ofertar, no ano de 2010, uma turma aprovada pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), composta por 40 professores(as)/estudantes ingressantes. A partir de então, a FEF, por meio do PARFOR, formou turmas em 13 diferentes municípios-polo, quais sejam: Abaetetuba, Belém, Breves, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Itaituba, Mãe do Rio, Santarém, Soure, São João de Pirabas, Tailândia e Tucuruí. Com previsão para abertura, ainda entre 2022 e 2023 de turmas em Santa Maria do Pará, Viseu e Soure.

A Faculdade desenvolve suas ações considerando a execução de dois PPCs (Licenciatura em Educação Física Extensivo, por meio do PPC aprovado em 2010, assim como o curso de

Licenciatura em Educação Física, vinculado ao PARFOR, por meio do PPC aprovado em 2015), tendo formado até o momento em torno de 1.000 egressos/as.

Com vistas ao cumprimento da legislação atual e de documentos orientadores como: a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996); as Diretrizes Curriculares Nacionais para Graduação em Educação Física (Resolução CNE/CES n.06/2018), as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE/CES n.07/2018), a Resolução n.5.467 de 27 de janeiro de 2022 (PARÁ, 2022) e a Resolução n.5107 de 26 de outubro de 2018 (PARÁ, 2018) é que apresentamos o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Educação Física.

O presente Documento exigirá de todos e todas que fazem a Faculdade de Educação Física ? Gestão, NDE, docentes e técnicos/as, discentes ? esforço conjunto, sobretudo, por duas razões: a primeira, por apresentar em sua estruturação a possibilidade de três indicativos de formação que podem ocorrer em quatro ou cinco anos do Curso por conta da Resolução nº 06 de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018) ? 8 (oito) semestres (para um Grau acadêmico) ou 10 semestres (para dois Graus acadêmicos) ? e, a segunda, pelo significativo aumento de carga horária total dessas formações, especialmente para componentes de natureza prática como os Estágios e a Extensão

Esse Documento se apresenta como marco na história da Faculdade que, até então, ofertou apenas a formação de licenciados/as para o campo educacional amazônico. No entanto, temos a certeza de que essa nova etapa será pautada pela continuidade da qualidade de uma formação humanizada e humanizadora, inclusiva e politicamente referenciada, princípios estes que marcaram e marcarão a história da Faculdade de Educação Física do Campus Universitário de Castanhal.

1.1. COORDENAÇÃO/GESTÃO DO CURSO

A Coordenação da Faculdade de Educação Física será constituída por um(a) Diretor(a) e um(a) Vice-diretor(a) para a gestão da Subunidade em matéria acadêmica, administrativa e financeira.

Compõem as atribuições do(a) Diretor(a):

- Estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas e supervisionar sua execução em consonância com o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA e Regimento Interno da FEF Castanhal;
- Elaborar o Regimento da FEF Castanhal ou suas modificações e submetê-las à apreciação do Conselho da Faculdade;
- Emitir Resoluções e Portarias decorrentes de decisões do Conselho da Faculdade;

- Encaminhar ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a proposta de criação e de funcionamento e/ou desativação de Programas de Graduação, Pós-graduação e de Extensão;
- Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o número de vagas do Curso;
- Deliberar sobre as atividades de Pesquisa e de interação com a sociedade a serem desenvolvidas no âmbito da FEF Castanhal;
- Encaminhar ao Conselho da Faculdade, a escolha de membros de comissões julgadoras que atuarão nos concursos públicos, para provimento dos cargos da carreira do magistério;
- Representar a FEF Castanhal em quaisquer atos públicos ou nas suas relações com outros órgãos da administração pública, instituições acadêmicas, profissionais e científicas;
- Encaminhar ao Conselho da FEF Castanhal a indicação da Comissão Eleitoral para o processo de escolha do(a) Diretor(a) e do(a) Vice-Diretor(a);
- Apresentar o Plano de Gestão da Diretoria, no prazo de até 30 (trinta) dias após a posse, ao Conselho da Faculdade;
- Propor ao Conselho da Faculdade, o orçamento da FEF Castanhal no contexto do orçamento da Universidade, para aprovação;
- Propor ao Conselho da Faculdade aprovação, quando houver propostas, de convênios e contratos da Subunidade com outras instituições de direito público ou privado;
- Promover, permanentemente com o NDE da Faculdade, a atualização do PPC e matriz curricular do Curso;
- Acompanhar as atividades dos docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos da Subunidade Acadêmica;
- Submeter os casos omissos do Regimento da FEF Castanhal e Ad Referendum ao Conselho da Faculdade, submetendo seu ato à ratificação deste no prazo máximo de até 10 (dez) dias;
- Ao final de cada período letivo, em data prevista no Calendário Acadêmico, devem ser elaboradas as listas de oferta de componentes curriculares de acordo com as demandas identificadas e em consonância com o fluxograma contido no Projeto Pedagógico do Curso. Para efetivar o Planejamento Acadêmico, deve usar a planilha sugerida pelo CIAC, informar o código dos componentes curriculares e o número de vagas necessárias;
- Deverá prestar atenção especial nas matrículas dos alunos concluintes para garantir que os mesmos possam colar grau ao final do período;
- Inscrever os alunos em data estabelecida pelo INEP/MEC no Exame Nacional de Desempenho (ENADE);
- Receber e acompanhar as Comissões de Avaliação do INEP no processo de reconhecimento/recredenciamento do Curso;
- Realização sistemática de reuniões com os representantes estudantis;

- Realização de avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo;
- Avaliação sistemática do Projeto Pedagógico do Curso como um todo com a participação dos segmentos envolvidos no processo, tanto do âmbito interno como externo, com registro formal dos resultados obtidos;
- Revisão sistemática dos procedimentos acadêmicos e administrativos utilizados pelo Curso;
- Desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo e aquelas que lhe conferem a lei, o Estatuto e o Regimento da UFPA.

Compõem as atribuições do(a) Vice-diretor(a):

- Substituir o(a) Diretor(a) em caso de falta ou impedimento;
- Representar o(a) Diretor(a) quando designado(as);
- Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

Para exercer a função de Diretor(a) e Vice-diretor(a) é necessário:

- Pertencer ao quadro efetivo dos(as) professores(as) lotados(as) na Subunidade Acadêmica, no pleno exercício da função;
- Possuir residência fixa no município de Tucuruí.
- Ser eleito pela Comunidade Acadêmica para a gestão de dois anos, podendo se candidatar a um segundo mandato.

1.2 O NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE da Faculdade de Educação Física já está instituído, amparado por Resolução própria. É composto por um grupo de docentes e Diretor(a) que é membro nato. O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção, consolidação e contínua avaliação e atualização do PPC. Suas reuniões ocorrem periodicamente a fim de sistematizar ações necessárias de acompanhamento, avaliação e proposição para o bom andamento do Curso.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O curso de Educação Física do Campus Universitário de Castanhal iniciou suas atividades

acadêmicas no ano de 2000, quando do ingresso de sua primeira turma, com quadro docente pertencente ao antigo Departamento de Educação Física do Centro de Educação do Campus do Guamá. Após um tempo da implementação, o Curso compôs o seu quadro docente efetivo a partir da realização de sucessivos concursos públicos, contando atualmente com dezesseis professores efetivos. No ano de 2004, in loco, recebeu uma comissão avaliadora do Ministério da Educação (MEC), o que gerou um documento que apontava fragilidades na infraestrutura do Campus, assim como, o reduzido número de professores que, de certa forma, comprometia o desenvolvimento do seu Projeto Pedagógico.

Quanto à questão curricular, o destaque foi para a necessidade de sua reformulação, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Educação Física. Concomitante a essa fase, a professora Cláudia Gomes, Coordenadora do Curso há época, formulou uma proposição de avaliação do Projeto Pedagógico, submetendo-o à análise da Pró-reitoria de Interiorização (PROINT), sendo aprovado e desenvolvido em 2004/2005. Tal avaliação realizada entre discentes, com foco nos elementos do Projeto Pedagógico, resultou na I Jornada Acadêmica do Curso de Educação Física. As indicações destes dois Documentos ? avaliação do MEC e do proposto pela Coordenação do Curso ? subsidiaram as reformulações ora apresentadas.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FEF, foi aprovado pelo seu Colegiado no ano de 2014 e, desde então, busca desenvolver demandas que lhe são conferidas pelo seu Regimento como a construção e/ou atualização dos Regimentos do próprio NDE e da Faculdade, organização de processos de reformulação de PPCs, entre outras. Atualmente, O NDE tem se debruçado no processo de estruturação do novo PPC, com base na legislação atual, com destaque para as Resoluções CNE/CES nº 06/2018 (BRASIL, 2018) e CNE/CP nº 02/2019 (BRASIL, 2019) e nesse processo de construção planejou e executou as seguintes etapas:

- I. Levantamento de dados diagnósticos junto aos egressos/as (link via plataforma google forms), por meio de questionário para construir um banco de dados que possibilitasse ao Colegiado, a partir do olhar desses sujeitos, compreender os limites do atual Curso ofertado para analisar as possíveis lacunas e, em paralelo com as normativas vigentes, qualificar a oferta da formação por meio da reformulação do PPC, considerando também, os contextos local e regional;
- II. Sistematização dos dados obtidos nessa ação e, posteriormente, socializados com o corpo docente do Curso;
- III. Rodas de Diálogos com representantes de outros NDEs de Universidades Federais (Profa. Dra. Juliana Pizani/UFSC e Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado/UFG), que se

encontravam em processos considerados avançados em relação às demandas de reformulação de PPCs, atentando para as legislações nacionais vigentes;

IV. Encontros para o aprofundamento de estudos teóricos por parte dos membros do NDE, com vistas à compreensão de normativas nacionais;

V. Oficinas propositivas para fins de construção do percurso formativo, conforme orientações legais atuais;

VI. Participação em Encontros Nacionais (on line) tendo como pauta proposições referentes às orientações das normativas nacionais para as Licenciaturas, bem como para a área específica da Educação Física;

VII. Diálogos permanentes com representantes da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG/UFGA).

Enfatiza-se que este Projeto Pedagógico de Curso objetiva se alinhar à legislação da área de forma crítica e contextualizada, com vistas a privilegiar os conteúdos historicamente desenvolvidos nas práticas pedagógicas e tematizados pela cultura corporal, reafirmados na BNCC (BRASIL, 2017) como a ginástica, a dança, o esporte, as lutas, o jogo, os conteúdos do campo do lazer, a recreação, assim como os conteúdos do campo da saúde.

O esforço sempre se pautará pela consolidação de uma formação crítica e criativa do/a discente para atuar em espaços não escolares de experiências corporais, a partir das normativas legais, o que irão incidir inclusive, em mudança estrutural do documento curricular com destaque para:

? A reorganização referente à oferta do Curso;

? A reorganização da carga horária do Curso;

? A reorganização das atividades práticas;

? A curricularização das atividades de Extensão;

? A implementação da Flexibilização Curricular;

? A reorganização e/ou alteração dos componentes curriculares.

As atualizações referendadas reconhecem o Território Amazônico como seu lócus e, neste sentido, a importância e a função social que uma Instituição de Ensino Superior na envergadura da UFGA representa não só para a Região de Integração Guamá, mas para outras partes do Estado que ao mesmo tempo que abriga uma rica sócio biodiversidade, contraditoriamente, também caracteriza-se por possuir bolsões de miséria. Entre tantos outros reflexos destas contradições destaca-se, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se relaciona com os indicadores de educação, renda e saúde, sendo determinado por uma escala que segue de 0 a 1.

Assim, quanto mais próximo de 1, considera-se um melhor IDH e, na medida que se afasta de 1 e se aproxima de 0, o IDH pode ser considerado pior. Dados compilados pela Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que, em 2017, o Brasil ocupava a 79ª posição no ranking (IDH de 0,759 considerando o universo de 189 países). Nesta perspectiva, o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/Brasil/Ipea-2020), socializa dados de 2017 e aponta o Pará ocupando a 23ª posição no ranking entre os Estados brasileiros. Destacando-se ainda, por ter em seu território regiões como o Marajó, nacionalmente reconhecida por ter municípios com IDH considerados muito baixos ? a exemplo temos o município de Melgaço/PA com IDH de 0,418; este Município carrega a triste referência de, entre os 5.565 municípios brasileiros, ocupar o último lugar neste ranking.

Neste contexto, uma das estratégias para reverter a desigualdade entre a população, encontra-se no investimento em Educação, Ciência e Tecnologia, considerando que o acesso à Educação é direito constitucional, tendo papel primordial para reverter o grave, dramático e vergonhoso gap social brasileiro.

A UFPA apesar de ter registrado significativos avanços considerando, sobretudo, seu alcance diante do seu processo de interiorização, ainda precisa de expansão, pois há demandas no Estado a serem atendidas. Nesse aspecto, o Campus Universitário de Castanhal, em especial a Faculdade de Educação Física, vem desempenhando papel importante ao receber graduandos/as oriundos/as dos diferentes municípios do Estado do Pará.

Há que se considerar, ainda, o diferencial que caracteriza a relação da demanda atendida pelo referido Curso, uma vez que, apoiados por intelectuais como Schön (1987) e Pimenta (2006), estrutura-se uma proposta pedagógica que repudia a racionalidade técnico-científica pela qual historicamente se estabeleceram os cursos de licenciatura nas IES do país.

As estratégias de ordem organizativo-pedagógicas estabelecidas nas Resoluções vigentes e pactuadas neste Documento, conduziu-nos ao desafio de transgredir a ordem que historicamente determinou a formação de estudantes da graduação (SCHÖN, 1987). Segundo este autor, os/as estudantes primeiro estudavam as disciplinas teóricas de caráter pedagógico e específicas do curso; e, na etapa final, executavam a prática. Portanto, seguia-se uma produção de conhecimento fragmentada, meramente aplicacionista.

Uma vez que buscamos desenvolver, por exemplo, como estratégia pedagógica inovadora deste PPC, a relação da carga horária destinada à Extensão, em diálogo com o ensino e a pesquisa, distribuída ao longo do Curso, rompendo-se, assim, com uma proposição instrumentalista da formação. Além de ter parte da carga horária do Curso flexibilizada, garantindo ao aluno autonomia para incrementar sua trajetória curricular acadêmica em

outros cursos da UFPA, promovendo conexões interdisciplinares entre cursos ou áreas diferentes do seu curso de origem.

Propomo-nos, portanto, alinhados à tese defendida por Tardif (2008), construir práticas pedagógicas que visem a articulação e o diálogo entre as dimensões teoria e prática, considerando que tal estratégia possibilitará ao sujeito em formação, construir correlação entre o conteúdo ensinado e a complexidade dos espaços de atuação profissional.

Neste PPC alinhamo-nos, também, à proposta de Kuenzer (2007), ao considerar a práxis como relação entre teoria e prática, capaz de transformar a natureza e a sociedade, gerando ação consciente (saber o que faz e para o que faz).

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Bacharelado em Educação Física - Campus Castanhal

Local de Oferta: Av. dos Universitários, s/n - Jaderlândia

Endereço de Oferta:

Bairro: Jaderlandia

CEP: 6874663

Número: 1

Complemento:

Cidade: Castanhal

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 80

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Bacharel em Educação Física

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3230 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3876 hora(s)

Período Letivo: Extensivo

Regime Acadêmico: Atividades Curriculares

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

As práticas pedagógicas no âmbito da Educação Física vêm, historicamente, tratando o corpo do homem e da mulher como objeto de rendimento, desconsiderando a formação mais integral do sujeito, o que tem exigido cada vez mais, Projetos Pedagógicos capazes de garantir formação docente plural e que favoreça ao debate crítico a partir da diversidade de conhecimentos produzidos e legitimados. As concepções e tendências ancoradas em gêneses epistemológicas fundamentadas, sobretudo no continente europeu, vêm acumulando e evidenciando ao longo dos anos intensos debates que ajudaram e ajudam a elaborar Projetos que orientam o fazer pedagógico do/a professor/a de Educação Física que atuam na área, especialmente a partir da instituição da República no Brasil no final do século XIX através dos Sistemas Ginásticos que eram, segundo Soares (2012), compreendidos a priori, como um conjunto de conhecimentos sistematizados pelo pensamento científico que consolida-se na Europa ao longo do século XIX.

Os Sistemas Ginásticos ou escolas de ginásticas desempenharam importante papel nas escolas brasileiras, vindo ao encontro dos anseios da emergente burguesia do final do século XIX que desejava ver nas camadas menos favorecidas, um conjunto de preceitos e normas de bem viver que desembocaram em elaboração pautada na razão médica e na higiene (SOARES, 2012). Estas sistematizações dos métodos ginásticos tiveram assento, segundo Moreira e Carbinatto (2006), em três principais correntes epistemológicas que, em certa medida, fundamentaram e orientaram as experiências no campo da formação profissional denominadas de Método Sueco, Método Alemão e Método Francês.

No início do século XX, de acordo com Soares et al. (1992), a Educação Física no Brasil mantém forte relação com a Ciência Médica e com as instituições militares e são determinantes para a prescrição de programas educativos, funcionando como disciplina que favorecia a educação do corpo com um viés prático, tendo o papel de transformá-lo em um organismo saudável e forte, menos suscetível às doenças que assolavam há época, além da necessidade premente de constituir uma raça pura condizente com a sociedade que pretendia-se à época, com fortes inclinações eugênicas. Nesse contexto, tanto a formação, quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas são tomadas pelo ideário esportivista, baseado na racionalização dos meios e das técnicas, no espírito competitivo e na

busca pelo rendimento. Diante da supremacia dessa tendência é que o/a professor/a treinador/a versus aluno/a atleta assume a posição do/a professor/a instrutor/a versus aluno/a recruta.

O esporte, a partir de então, passa a ocupar os debates acadêmicos da Área, mesmo com a influência do movimento de pensadores/as da Escola Nova que defendia, entre outros aspectos, o respeito pela personalidade da criança. Para Darido (2003), os preceitos e as aspirações do Pensamento Escolanovista são, de certo modo, suprimidos com a instauração do regime militar a partir de 1964, momento em que a Educação Física enquanto disciplina escolar, torna-se sinônimo de esporte. Diante dos desafios impostos durante os governos militares e, até certo ponto a crise de identidade da Área, a década de 1980 demarca período de grande efervescência no meio acadêmico, impulsionado pelo surgimento de Programas de Pós-graduação e das discussões em torno do objeto da Educação Física.

Nesse cenário favorável, inclusive do ponto de vista político, vivia-se um momento de aprofundamento e valorização da ciência e nessa seara, pulsavam debates em torno do papel da Educação Física dentro e fora da escola, impulsionados pela crítica e, até mesmo pela rejeição aos processos anteriores, constituindo-se em período de crise de identidade, porém intensos e férteis que tinham em comum a negação desses modelos que, de acordo com Moreira (2007) privilegiavam sobremaneira, a mera reprodução da técnica esportiva, baseada em paradigmas mecanicistas e sem nenhuma preocupação com aspectos sócio culturais da prática corporal.

No embalo das grandes transformações políticas da década de 1980, as discussões em torno do objeto e do papel da Educação Física, sobretudo em âmbito escolar, alcançam outros patamares, tendo como protagonistas diversas tendências e abordagens que qualificam substantivamente os debates em torno do campo no que diz respeito, não só à formação do profissional de Educação Física, assim como ao seu fazer pedagógico dentro e fora da escola.

Entre as matrizes contemporâneas que se destacaram está a Crítico-superadora, sistematizada por um coletivo de autores que embasavam as reflexões sobre a Educação Física e seu ensino nos pressupostos sociológicos, a partir da cultura corporal como objeto de área, dando ênfase à relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características sociais e cognitivas dos/as alunos/as no sentido de transformar a sociedade em que os/as trabalhadores/as possam usufruir do resultado de seu trabalho (SOARES, 1992).

Outra abordagem que se destaca é apresentada por Daólio (2007), fundamentada a partir da Antropologia Social, compreendendo a Educação Física como construção social, uma vez que homem/mulher, natureza e cultura coexistem de forma indissociável, demarcadas

pelo/no corpo. A abordagem desenvolvimentista, proposta por Tani et al. (1988), a centralidade está nas habilidades motoras, na qual se propõe que os conteúdos sejam adequados às faixas etárias dos/as alunos/as a partir de uma sequência fundamentada no modelo de taxionomia do desenvolvimento motor. Freire (1997), apoiado nos estudos de Vygotsky, elabora a abordagem construtivista-interacionista, tendo como foco o cabedal de conhecimento da criança e em tudo aquilo que faz parte do seu universo como brinquedo, jogos e brincadeiras.

Na perspectiva de Betti (1992), a Educação Física, sobretudo a escolar, tem papel fundamental no sentido de propor vivências ao/à aluno/a em conteúdos como o esporte, o jogo, a dança e a ginástica, não tendo como foco principal a aprendizagem das habilidades motoras ou o desenvolvimento de capacidades físicas de forma estanque.

Para Kunz (1999), as aulas de Educação Física, de certo modo, revelam que há facilidade dos/as profissionais em recriar e redimensionar as suas práticas, porém no momento de interpretação mais aprofundada dos fundamentos teóricos dessa prática, o/a professor/a encontra barreiras. É a partir dessa percepção que o autor propõe uma concepção de movimento denominada dialógica, chamada Crítico-Emancipatória, na qual o ser humano ao movimentar-se estabelece uma forma de comunicação com o mundo.

A Ciência da Motricidade Humana de Manuel Sérgio (1995), assevera que a Educação Física deve ser denominada de Educação Motora, pois segundo o autor, o estatuto de cientificidade da Motricidade Humana está imbricada na cultura, entendida como fruto da complexidade do ser humano que mostra seu desejo de superar limites por meio da transcendência.

Os pressupostos epistemológicos, correntes e abordagens gestados nos diversos contextos históricos revelam que a Educação Física, enquanto campo teórico e disciplina escolar, caracteriza-se por ser uma área de conhecimento que se estrutura a partir das práticas históricas socialmente produzidas, cientificamente estudadas e investigadas e que o aprofundamento e alargamento desses estudos, aliados ao fazer docente/profissional, são primordiais à formação do/a professor/a.

Não obstante, acredita-se que a/à este/a profissional não basta apenas possuir os conhecimentos específicos exigidos em sua área profissional, mas a compreensão de que integra o mundo do trabalho e ter visão crítica e contextualizada para que possa, a partir de sua prática pedagógica, modificar a realidade.

Nesse sentido, é urgente estruturar o Curso com o que há de mais atual nesse debate da formação, atentando para as matrizes tradicionais que embasam os objetos da Área como os jogos, os esportes, as danças, as ginásticas, as lutas, considerando as múltiplas realidades e

os contextos sócio culturais em que sujeitos estão inseridos. Desta forma, o Projeto Pedagógico do Curso está articulado com as situações de ação profissional, balizadas por posicionamentos reflexivos com consistência e coerência conceitual e que as dimensões da formação não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, muito menos, no estritamente instrumental. Para tanto, é vital a coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e a necessidade de emancipação e democratização política, humana e sociocultural.

Os conhecimentos tratados ao longo da formação não podem ser reduzidos apenas às dimensões do aprender a aprender, do aprender a fazer, do aprender a ser e aprender a conviver. Implicam, também, na consciência de classe, na formação política e na organização revolucionária, a partir de uma concepção de currículo como espaço de debate de ideias que deve ser compreendido tal qual um processo histórico de formação da competência humana para a emancipação.

O currículo e a formação devem privilegiar a cultura científica de base em Ciências Humanas, Sociais, Biológicas/Saúde e da Terra, bem como em Artes e Filosofia, de modo a contribuir para a formação humana emancipatória e omnilateral, tendo como pressupostos a produção teórica e científica das diferentes abordagens, correntes e conhecimentos produzidos na Área.

Ao/à graduando/a em Educação Física do Campus Universitário de Castanhal deverá ser garantido, a partir do currículo ofertado, uma formação plural que transforme e enriqueça sua ação profissional pautada na ética e possibilite que os conteúdos apreendidos estejam corporificados nas manifestações clássicas e emergentes do campo da Educação Física e que sejam compreendidos e analisados a partir da articulação das suas dimensões científica, técnica, moral, política e pedagógica.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Educação Física, do Campus Universitário de Castanhal tem por objetivo geral formar, em nível superior, o/a profissional para atuar de forma crítica e reflexiva em espaços não escolares como clubes, academias, hospitais, entre outros, a partir dos temas e objetos que compõem a cultura corporal.

Diante disto, em consonância com a Resolução nº 06 de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, apontamos como objetivos específicos:

- I. Consolidar no Projeto Pedagógico do Curso possibilidades interdisciplinares que aponte para uma formação que preze pela ética, pela diversidade étnico-racial, diversidade de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, cultural e biológica, pautadas na prática inclusiva e de respeito às diferenças;
- II. Garantir no percurso acadêmico a identificação e problematização de concepções de corpo e práticas corporais que estão presentes nas relações sociais do/a homem/mulher moderno/a que, de forma direta ou indireta, interferem nas relações humanas na sociedade contemporânea, direcionando-as para a defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente;
- III. Reafirmar no currículo a formação na perspectiva do pluralismo metodológico ao desenvolver os conteúdos ligados ao campo dos jogos e das brincadeiras, dos esportes, das ginásticas, das lutas, das danças e dos estudos do lazer.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao concluir o curso Bacharelado em Educação Física, o/a graduado/a estará habilitado/a para atuar nos diversos espaços não escolares devendo ser sujeito ativo do processo, construindo ações democráticas que garantam uma formação sólida. Assim sendo, ao término da formação, no Curso, almeja-se que o/a egresso/a reafirme o perfil para atuar como profissional, apresentando as seguintes características:

- I. Sólida formação teórica/intelectual e crítico-reflexiva, generalista, sensível às diversas culturas de movimento humano e suas manifestações em diferentes contextos do mundo do trabalho;
- II. Comprometimento com a articulação de conhecimentos para a atuação nos eixos da saúde, do esporte, da cultura e do lazer;
- III. Formação humanista, crítica e reflexiva com ação autônoma, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética;
- IV. Comprometimento com o processo educativo, com sua ação profissional na Educação Física, sobretudo, a amazônica;
- V. Ação profissional fundamentada cientificamente nos aspectos envolvidos na atividade física, no exercício físico, no esporte, na gestão, na cultura e no lazer e na educação para orientação e promoção da saúde.

COMPETÊNCIAS

Durante a formação, o/a discente do curso de Graduação em Educação Física deve adquirir um conjunto de competências necessárias para atuar nos diferentes espaços de intervenção profissional. Portanto, será possível, em consonância com as atuais DCNS/EF (BRASIL, 2018), por uma das duas formações ofertadas ? licenciatura ou bacharelado ? ou ainda, a opção pela Formação Integrada ? licenciatura e bacharelado. Na hipótese do/a discente optar pela Formação Integrada, o conjunto de competências deverá ser ampliado para garantir a plena atuação profissional.

Nesta perspectiva para atender as demandas profissionais e, acima de tudo, as realidades locais e globais reafirmadas no Projeto Pedagógico do Curso com competências que julgamos imprescindíveis para uma formação sólida e que atendam aos anseios da sociedade e estabeleçam relação humanizada com o mundo do trabalho.

Diante disso, fundamentada no Projeto Pedagógico em tela e ancorado na legislação vigente, a formação deve garantir ao/à graduando/a em Educação Física as seguintes competências:

- I. Ter postura ética e comprometida com a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;
- II. Garantir aprendizagem adequada dos sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano;
- III. Conhecer e dominar os conhecimentos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino interdisciplinarmente e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, orientados por valores sociais com base nos princípios éticos, políticos e estéticos próprios de uma sociedade histórica, plural e democrática;
- IV. Intervir científica e profissionalmente de forma fundamentada nas manifestações do movimento humano nos campos da saúde, do esporte e do lazer;
- V. Pesquisar, compreender, analisar, avaliar os diversos contextos sociais para neles intervir científica e profissionalmente, refletindo, priorizando e explorando o valor educativo das diversas manifestações do movimento humano, enquanto patrimônio cultural da humanidade;
- VI. Planejar, prescrever, acompanhar e avaliar programas de atividades físicas, exercícios físicos, esportivos, saúde, cultura e lazer, diagnosticando os interesses, as expectativas e as necessidades a partir da compreensão da realidade social;
- VII. Demonstrar consciência da diversidade amazônica, respeitando as diferenças de natureza política, ambiental-ecológica, cultural, econômica, étnico-racial, de gênero, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosa, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- VIII. Dominar a leitura, a interpretação e a escrita como pressupostos básicos do

desenvolvimento profissional contínuo;

XIX. Conhecer, selecionar, aplicar e avaliar os métodos e as técnicas, os recursos (materiais e humanos) e procedimentos para a intervenção profissional, articulando os conteúdos da Área de modo interdisciplinar e contextualizado;

X. Dominar conhecimentos para planejar, participar e avaliar projetos de gestão no âmbito do lazer, da cultura, do esporte e da saúde, contribuindo para a elaboração, a implementação, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação;

XI. Integrar, assessorar e coordenar projetos, programas e equipes multiprofissionais para definição e operacionalização de políticas públicas, institucionais e de áreas afins;

XII. Desenvolver relações inter e intrapessoais, gerenciando o próprio desenvolvimento profissional, bem como atitudes de colaboração, liderança e trabalho em equipe, promovendo e facilitando relações de cooperação entre instituições, a família e a comunidade, atentando sempre para a realidade e cultura amazônica;

XIII. Reconhecer e avaliar os efeitos da aplicação de metodologias para a intervenção profissional e o empreendedorismo;

XIV. Fazer uso de métodos e instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a intervenção no âmbito educacional, a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XV. Desenvolver processos socioeducativos, culturais, de lazer integrados a projetos extensionistas nos locais de intervenção profissional em articulação com a comunidade, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais.

ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura do PPC está em consonância com a Resolução/CNE/CES nº 06 de 18 de dezembro 2018 (BRASIL, 2018) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, a Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) e outras legislações pertinentes. Sendo assim, sua estruturação apresenta como proposta:

? Uma etapa comum

? Uma etapa específica para a formação em um grau Bacharelado ou Licenciatura; e

? Uma etapa para a formação nos dois graus ? Bacharelado e Licenciatura.

Considerando as questões apresentadas, o curso de graduação em Educação Física terá

ingresso único através da Área Básica de Ingresso (ABI), dando possibilidade que o(a) graduando(a) ao final do quarto semestre letivo tenha três opções de formação a saber:

- I. Bacharelado em Educação Física, com no mínimo 4 anos de duração;
- II. Licenciatura em Educação Física, com no mínimo 4 anos de duração; e
- III. Formação nos dois graus (Bacharelado e Licenciatura) com no mínimo 5 anos de duração.

Os critérios e as normas para a escolha e definição dos percursos acadêmicos serão devidamente regulamentados no Regimento da Faculdade, respeitando, sobretudo, a Resolução/CNE/CES nº 06 de 18 de dezembro 2018 (BRASIL, 2018).

Importante destacar que as etapas e/ou núcleos de formação apresentam carga horária mínima exigida pelas Resoluções, assim como a oferta dos componentes curriculares ? incluindo a Extensão, Estágios, Atividades Complementares, Flexibilização Curricular ? e temáticas como: Relações étnico-raciais, Meio Ambiente, Direitos Humanos, entre outras.

5.1.1 EQUIVALÊNCIA

A equivalência corresponde ao processo de ajuste entre os componentes curriculares que compõem a matriz curricular em processo de substituição, que apresentem similaridade com os componentes curriculares da matriz curricular em implantação. Os critérios para aproveitamento são: conteúdo programático idêntico ou semelhante; resultado da avaliação favorável, segundo os critérios da instituição de origem e carga horária igual ou superior entre os componentes curriculares.

METODOLOGIA

Os procedimentos e processos de aprendizagem expressos neste Projeto Pedagógico de Curso está centrado no princípio da interdisciplinaridade que, de acordo com Japiassu (1976), caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os/as docentes/especialistas e pelo grau de integração real dos componentes que compõem a matriz curricular.

Sendo assim, o corpo docente de forma coletiva e atenta às realidades dos/as discentes, deverá promover o planejamento e a integração dos componentes curriculares durante todo o percurso formativo em que a tríade professor(a)-discente-conhecimento assumam condição essencial no currículo, desconstruindo a relação professor(a)-discente que historicamente se estabeleceu como princípio norteador da prática docente, no qual o(a) primeiro(a) atua como filtro/transmissor de conhecimento e o(a) segundo(a) apenas como mero(a) receptor(a)

(CABRAL; MEDEIROS, 2016).

Para Pinheiro (2002), um currículo que se pretenda interdisciplinar pode apontar para algumas possibilidades pedagógicas que se estabelecem com a correlação entre as disciplinas ? vinculadas entre si ou em relação de dependência ? possibilitando nível de integração através de temas, tópicos e ideias que permitam integrar conteúdos e/ou atividades diferentes. Não obstante, para Petraglia (1993), um currículo interdisciplinar pressupõe que professores(as) sejam capazes de compreender seu conceito e seus fundamentos e estejam abertos(as) ao aprendizado de novas teorias e técnicas alicerçadas no cotidiano, assim como o cultivo pessoal e individual.

Deste modo, ao tentar integrar as disciplinas do percurso curricular resultará em uma visão mais abrangente e sistêmica, permitindo melhor conhecimento dos conteúdos e atividades aplicados nos demais componentes curriculares e esta integração de saberes resultará em melhor apreensão do fenômeno estudado. Santomé (1988) destaca que há muito tempo, nas Universidades, as disciplinas são ensinadas de forma isolada, tornando-se praticamente incomunicáveis e essa fragmentação disciplinar fez com que o sujeito perdesse de vista a unidade do todo.

Em se tratando de estabelecer processos de integração, de forma mais objetiva, o Curso utilizará no início de cada período letivo um percentual de carga horária dos componentes curriculares do Primeiro Período Letivo para as Atividades Acadêmicas Integradoras.

Nesse momento, os(as) docentes planejarão as atividades coletivamente com o intuito de proporcionar o nivelamento de conhecimentos aos(às) ingressantes, estabelecer conexões entre as disciplinas que se aproximarão do ambiente profissional, assim como a identificação de campos ou áreas de trabalho e fomentar o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas interativas com os espaços profissionais.

No Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, a intencionalidade é de aproximação com os pressupostos da interdisciplinaridade, mesmo reconhecendo os grandes desafios que são enfrentados, especialmente no campo do planejamento coletivo que em grande medida, têm dificultado os momentos de estudo e encaminhamento dos processos didáticos-metodológicos.

Desta forma, considerando os conteúdos do movimento humano, organizados em dimensões, partimos da seguinte elaboração para possibilitar a integração dos componentes curriculares eleitos na matriz do Curso.

I. Dimensão sócio antropológica: conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos e históricos que enfocam aspectos éticos, culturais, do meio ambiente, étnico-raciais, estéticos e epistemológicos inerentes à educação;

II. Dimensão biológica: conhecimentos sistêmicos sobre os aspectos morfológicos, fisiológicos e biomecânicos e suas aplicações na Educação Física;

III. Dimensão comportamental: conhecimentos sobre mecanismos e processos do desenvolvimento humano e da saúde, contemplando aspectos motores, aquisição de habilidades e fatores psicológicos intervenientes;

IV. Dimensão científica e tecnológica: conhecimentos dos procedimentos éticos e dos métodos e técnicas de estudo e pesquisa que fundamentam a ação educativa.

Diante dessa estrutura organizacional, o trabalho pedagógico deve atentar para a diversidade e as características do corpo discente com vistas à atuação do(a) futuro(a) profissional de Educação Física; portanto, os momentos de planejamento e estudo coletivos devem ser garantidos no decorrer de cada semestre letivo, numa relação simétrica entre os componentes da matriz curricular (SANTOMÉ, 1998). Para potencializar o processo interdisciplinar, uma das estratégias pedagógicas apontadas no currículo são as Atividades de Extensão, que se desdobrarão ao longo da formação. Estes componentes apresentam temáticas pré-definidas que, em certa medida, servirão como culminância das disciplinas estudadas em cada período letivo.

Os Estágios supervisionados, articulados ao princípio da interdisciplinaridade, representam também significativos momentos no processo de formação. A partir deles, os(as) discentes deverão adquirir e consolidar as competências exigidas neste PPC para o exercício acadêmico-profissional nos diferentes espaços de atuação. Vale ressaltar que, diante de um currículo com perspectiva interdisciplinar, o planejamento e os procedimentos metodológicos de cada docente e de cada componente curricular ganham ainda mais importância e sentido, considerando a natureza da disciplina, sua ementa, a carga horária teórica e prática e, em alguns casos, a carga horária dispensada à Pesquisa.

Evidentemente que, no horizonte do ensino disciplinar, deve-se também considerar as competências a serem adquiridas pelos(as) discentes ao longo do Curso. Além destas possibilidades, os(as) docentes deverão estimular cada vez mais a realização de atividades e projetos de caráter mais prático ou procedimental, priorizando o pluralismo de espaços pedagógicos. Entre essas possibilidades estão: oficinas, minicursos, palestras, mesas redondas, jogos, projetos pedagógicos de intervenção, pesquisa de campo de caráter exploratório, gincanas, ruas de lazer, memoriais de vida e formação, análise de história oral, bem como Programas de Iniciação Científica, Programas de Extensão, participação em eventos de caráter científicos, acadêmicos e comunitários.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio curricular supervisionado, em consonância com a legislação vigente, se configura como espaço de afirmação da prática profissional, constituindo-se segundo Pimenta e Lima (2005; 2006), em um campo de conhecimento ao qual podemos atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade meramente prática instrumental.

Nessa perspectiva, ao explicitarmos os conceitos de prática e de teoria e como compreendemos a superação da fragmentação entre elas, a partir do conceito de práxis, apontando para o desenvolvimento do Estágio que deve ser encarado como atitude investigativa, ou seja, que envolva a pesquisa, a reflexão e a intervenção, considerando portanto, os atores e as instâncias que o constroem, especialmente docentes e discentes envolvidos(as) (PIMENTA; LIMA, 2004).

O Estágio supervisionado deve ser compreendido como momento de formação que supere o modelo tradicional, ou seja, mero experimento prático dos conteúdos desenvolvidos durante todo o percurso formativo que, equivocadamente, são associados aos aprendizados teóricos. Estes devem agregar os conhecimentos apreendidos pelos(as) discentes nos vários componentes curriculares, estabelecendo regime de colaboração e responsabilidade compartilhada entre os ambientes de intervenção e a Universidade (AROEIRA, 2014).

Diante disso, o grande desafio é de garantir neste PPC, que o Estágio seja espaço de reflexão da prática docente, no qual professores(as)-discentes, professores(as)-orientadores(as) e profissionais dos espaços de intervenção possam ressignificar suas identidades profissionais, a partir das novas demandas que a sociedade impõe a partir do mundo do trabalho.

Aspectos regulamentares como as normas específicas de realização dos estágios, dos instrumentos de coleta de dados e diagnósticos, do acompanhamento e da avaliação, entre outros, serão devidamente definidos no Regimento da Faculdade e pautados nos princípios e pressupostos legais para a oferta desse componente curricular para a formação do(a) bacharel:

- I. A garantia de, no mínimo 640h (seiscentas e quarenta horas), distribuídas a partir do quarto período letivo;
- II. O reconhecimento da prática docente da Faculdade de Educação Física UFPA/Castanhal fundada em diferentes, divergentes e antagônicas teorias do conhecimento e da educação, bem como de concepções teórico-metodológicas da Educação Física;
- III. Deve contribuir para a sólida formação do professor(a) pesquisador(a) para atuar nos diversos espaços profissionais, observando as diversas realidades e contextos do mundo do trabalho;
- IV. O reconhecimento de que o Estágio supervisionado se configura como possibilidade de

experimentação dos(as) estudantes e intervenção profissional do(a) futuro(a) egresso(a);

V. A garantia de aprofundamento nos diferentes espaços de atuação do(a) profissional do Bacharel em Educação Física sejam estes no âmbito do esporte, do lazer, da cultura e da saúde;

VI. A compreensão e a necessidade de garantir uma prática inclusiva, permitindo que todos os sujeitos envolvidos se desenvolvam como parte integrante da sociedade;

VIII. O estabelecimento de regimes de colaboração e de responsabilidade compartilhada entre os ambientes de Estágio e a Universidade.

O Estágio Supervisionado no Curso de Bacharelado em Educação Física se desdobrará em quatro momentos, de acordo com os seguintes eixos/temas:

ESTÁGIO INTEGRADO EM ESPAÇOS DE LAZER E DE ASSISTÊNCIA ?

140h (4º Período)

Atividades de observação e co-atuação supervisionada em espaços de lazer e de assistência social. O lazer como campo de estudos e intervenção da Educação Física. Conteúdos da Educação Física em instituições e/ou espaços de assistência social.

ESTÁGIO INTEGRADO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

120h (5º Período)

Atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em instituições e/ou espaços, incluindo a escola, de atendimento de pessoas e/ou grupos com deficiência, tendo como princípio a valorização e a diversidade como direito humano.

ESTÁGIO EM ATIVIDADE FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

120h (6º Período)

Atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em instituições e ou/espços do âmbito da saúde, especialmente na área de atenção primária e secundária, tendo como princípio os fundamentos e os conteúdos da Educação Física.

ESTÁGIO EM ESPORTE E TREINAMENTO ESPORTIVO

140h ? (7º Período)

Atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho

pedagógico em instituições e/ou espaços que abordam e desenvolvem teorias, metodologias e práticas do treinamento esportivo em suas diferentes formas e processos de organização e estruturação.

ESTÁGIO EM PRÁTICAS CORPORAIS NAS ACADEMIAS

120h (8º Período)

Atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em ambientes que vivenciam as diversas modalidades relacionadas às práticas corporais.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Este componente curricular tem por objetivo estimular a participação em atividades e eventos que potencializem o conhecimento produzido através do currículo do Curso de Educação Física, sendo de 10% (dez por cento) da etapa específica do Bacharelado. A referida carga horária pode ser atribuída através da participação em:

? Seminários e estudos curriculares em Projetos de Iniciação Científica, Iniciação à Docência, Residência Docente, Monitoria e Extensão, entre outros, definidos no PDI e diretamente orientados pelo corpo docente;

? Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino, instituições que atuam com as práticas corporais e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

? Intercâmbio acadêmico interinstitucional; e

? Atividades de comunicação e expressão visando a aquisição e a apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

As atividades deverão ser comprovadas por meio de certificados, declarações ou atestados com carimbo e assinatura, emitidos pela instituição promotora e anexados ao processo. Com relação aos componentes curriculares de cursos de outras IES, as mesmas deverão ser comprovadas por meio da anexação de histórico com assinatura e carimbo da instituição responsável e ementa do componente curricular. As publicações deverão ser comprovadas por meio da anexação da ficha catalográfica e do seu sumário.

Para análise das outras atividades realizadas pelo estudante em qualquer campo do

conhecimento, desde que comprovada sua contribuição para a formação acadêmica, além do certificado da atividade, deverá anexar justificativa sobre a contribuição da atividade.

As normas e os procedimentos regulamentares específicos para a realização deste componente curricular serão definidos em Regimento próprio da Faculdade.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com o art. 79 da Resolução de nº 4399/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), é uma atividade curricular obrigatória, componente do Projeto Pedagógico do Curso, com o fim de sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema.

Durante todo o Curso, o(a) estudante será estimulado(a) a desenvolver pensamento crítico, científico, bem como a participar de Projetos de Pesquisa e Extensão que contribuirão com sua formação acadêmica de forma mais ampla.

O desenvolvimento do TCC será na carga horária total de 120h (cento e vinte horas), sendo que destas 60h (sessenta horas) serão para o componente curricular Projeto de Pesquisa que acontecerá no sexto período letivo e 60h (sessenta horas) para o componente Trabalho de Conclusão de Curso no oitavo período letivo.

O desenvolvimento do TCC deve atender aos seguintes pressupostos: ? adotar referencial teórico dos conteúdos abordados ao longo da realização do Curso; ? possuir preferencialmente caráter interdisciplinar no próprio Curso e/ou com outras áreas de conhecimento; ? possuir criatividade e inovação para a solução de problemas da educação da região Amazônica.

Pode ser apresentado nas seguintes modalidades: I. Monografia; II. Artigo Científico; III. Trabalho de Iniciação Científica ou Pesquisa Científica (experimental/campo); IV. Relatório Científico de Pibic (relatórios conclusivos de pesquisa aplicada); V. Relatório de Projeto de Extensão com produto à comunidade; VI. Desenvolvimento de aplicativos, materiais didáticos e instrucionais, cartilhas e produtos, processos e técnicas; VII. Produção de Programas de mídia; VIII. Protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica; IX. Protótipos para o desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos; X. Patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares.

As normas para o desenvolvimento, a avaliação, a composição de Banca de Defesa, a Defesa Pública, entre outras formalidades do TCC, serão regulamentadas no Regimento específico

da FEF Castanhal.

COMPONENTES CURRICULARES FLEXIBILIZADOS

A Flexibilização Curricular, como opção nesse PPC, é conceder ao(à) aluno(a) a possibilidade de ser mais participativo(a) no decorrer de sua graduação, tendo a liberdade de escolher atividades da natureza do Ensino, da Pesquisa e/ou da Extensão de seu interesse.

Ao cursar essas atividades em outros cursos, mesmo que não sejam da sua Área, o(a) estudante terá a oportunidade de vivenciar diálogos e ações multi, inter e transdisciplinares, autonomia na escolha de outro percurso formativo que não se restrinja unicamente, à matriz de seu curso de ingresso.

A autonomia, como princípio nesse processo, garante ao(à) estudante cursar a carga horária prevista na contabilidade acadêmica do Curso na UFPA ou em outra Instituição de Ensino Superior em território nacional ou estrangeiro, na modalidade presencial ou à distância.

O percentual de carga horária destinado a esse fim será de 10%, conforme previsão na Resolução n.5107 de 26 de outubro de 2018 (PARÁ, 2018) que aprova as Diretrizes para a Flexibilização Curricular dos Cursos de Graduação da UFPA.

Alguns aspectos, dessa Resolução precisam ser considerados:

? As atividades cursadas em outras IES deverão ocorrer como parte de Estágio de Mobilidade previamente aprovado pela Unidade Acadêmica (art. 50);

? Não será permitido aproveitamento de estudos para o crédito de Atividades Curriculares Flexibilizadas, cursadas antes do ingresso do(a) estudante no Curso (art. 60).

Vale ressaltar que o Curso Bacharelado de Educação Física ofertará também vagas para estudantes de outros cursos flexibilizados.

O Estágio terá uma Coordenação específica com as seguintes atribuições:

I - criar, com os(a) docentes responsáveis pelas disciplinas de Estágio Supervisionado, mecanismos para acompanhar o desenvolvimento dessas atividades;

II - articular ações de Formação Continuada a serem desenvolvidas como contrapartida da UFPA às instituições escolares envolvidas nas realizações desse componente;

III - elaborar orientações gerais para os Estágios das licenciaturas;

IV - promover encontros periódicos com os(a) docentes para compartilhamento das atividades e experiências desse componente;

V - fazer a mediação entre a FEF Castanhal e as instituições escolares.

VI - encaminhar soluções às problemáticas relativas a esse componente.

POLÍTICA DE PESQUISA

O Curso de Educação Física obedece aos princípios curriculares e metodológicos que promovam a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis do processo ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação entre docente, discente e conhecimento.

As atividades de Pesquisa são percebidas como estratégias para potencializar a formação e compõem o percurso acadêmico dos(as) discentes.

A pesquisa objetiva gerar, ampliar e difundir conhecimentos científico, tecnológico e cultural, sendo voltada em especial, à realidade escolar amazônica. Neste sentido, de acordo com o capítulo VI, art. 185, do Regimento Geral da UFPA: "a pesquisa será financiada com recursos próprios e com recursos externos, obtidos em agências de financiamento nacionais ou internacionais, órgãos governamentais e empresas e captados por meio de projetos institucionais ou pelos próprios pesquisadores, com apoio da Instituição" (PARÁ, 2006, p. 52).

A Faculdade de Educação Física, obedecendo aos preceitos do Estatuto e do Regimento Geral da UFPA, incentivará a Pesquisa por meio da concessão de auxílios para a execução de projetos de Iniciação Científica, divulgação e publicação de resultados de pesquisas de docentes e discentes em eventos científicos, intercâmbio com outras instituições e fomento à criação de Grupos de Pesquisa.

Outro passo importante para o aprofundamento das atividades de pesquisa consiste na organização de eventos científicos, nos quais pode ocorrer a difusão das produções acadêmicas de docentes e discentes, por meio da apresentação de trabalhos realizados no decorrer das atividades curriculares.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

O contato direto com os problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira é imprescindível à formação de profissionais cidadãos(ãs), dotados(as) de valores e competências para enfrentar o mundo do trabalho com habilidade técnico-científica e postura crítica e ética. Nesta direção, este PPC orienta-se pela Resolução CNE/CES 07/2018, com

destaque para:

Art. 3º. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 5º. Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I. a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II. a formação cidadã dos(as) estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III. a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV. a articulação entre Ensino/Extensão/Pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, 2018, p.2).

Este documento curricular, está pautado no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e institui o percentual de pelo menos dez por cento (10%) da carga horária total do Curso às atividades de Extensão. Essa carga horária será distribuída em componentes curriculares exclusivos para esse fim, totalizando, no mínimo, 320 horas em acordo com a Resolução CNE/CES 07/2018 que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação em Educação Física (BRASIL, 2018).

No art. 6º da Resolução 07 de dezembro/2018 (BRASIL, 2018), as concepções e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior têm como eixos norteadores:

I. a contribuição na formação integral do(a) estudante, estimulando sua formação como cidadão(ã) crítico(a) e responsável;

II. o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III. a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das Instituições de Ensino Superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação

étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV. a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V. o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI. o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII. a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, p.2).

As disciplinas que estão com carga horária extensionista são: Ginástica (2º período), Dança (2º período), Cinesiologia e Biomecânica (5º período), Educação Física para Grupos com Deficiência (6º período), Práticas Corporais em Academia (6º Período), Metodologia e Avaliação em Educação Física (7º Período), Saúde Coletiva e Promoção a Saúde (7º Período) e Distúrbios do Aparelho Locomotor (8º Período).

Outra composição da carga horária configura-se nos componentes curriculares a seguir:

? 3º Período Letivo (PROJETO DE EXTENSÃO:EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO E ERELAÇÕES ÉTNICORACIAIS - 45h);

? 5º Período Letivo (PROJETO DE EXTENSÃO INTEGRADO:NEUROCIÊNCIA,MOVIMENTO E APRENDIZAGEM - 45h);

? 7º Período Letivo (PROJETO DE EXTENSÃO:ATIVIDADE FÍSICA E PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO - 45h).

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Mais do que simplesmente construir a infraestrutura necessária para a garantia da inclusão social aos diversos segmentos de nossa sociedade, o PPC traz no bojo de sua elaboração, o olhar sobre o papel da Universidade Pública na relação da população/comunidade com o conhecimento produzido e/ou sistematizado no seu interior e deste com as demandas e a organização sociais.

O Laboratório de Acessibilidade (LACCESS) do Campus Universitário de Castanhal foi criado em 2011, para eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que

restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas da comunidade acadêmica com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/superdotação.

Em 2015, o LACCESS se tornou o Núcleo de Acessibilidade (NACCESS), fazendo parte da política de descentralização da COACCESS (Coordenadoria de Acessibilidade), vinculado à Superintendência de Assistência Estudantil, implantando e ofertando as seguintes ações:

- I. Conversão de materiais impressos para formatos acessíveis para DOSVOX e ampliação na tela;
- II. Tradução das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão para Libras;
- III. Assessoria aos(as) docentes no ensino e na avaliação de discentes com necessidade de recursos especiais;
- IV. Empréstimo de equipamentos de acessibilidade aos(as) discentes com necessidade de recursos especiais.

O NACCESS atua no atendimento dos(as) discentes do curso de Educação Física com a efetiva inclusão social e acadêmica daqueles com deficiência física e auditiva e calcado neste concreto olhar à realidade social. Destacam-se, a seguir, as ações em prol da Política de Inclusão Social do Curso:

- I. Oferta da disciplina LIBRAS, obrigatória aos cursos de graduação, ampliando sua carga horária para 60h/a, conforme o Decreto nº 5.626 de 2005 (Decreto de nº 5626 de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais/Libras e o art. 18 da Lei no 10.098 de 19 de dezembro de 2000);
- II. Oferta da disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva;
- III. Oferta da disciplina Educação Física Atividades Educacionais Especializadas;
- IV. Consultoria e qualificação dos(as) docentes no atendimento e na avaliação de discentes com Necessidades Educativas Especiais.

Os(As) discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA. Entretanto, por determinação do MEC, deve ter registro no PPC como o Curso, com o apoio da Universidade, garantirá a proteção aos Direitos da Pessoa com TEA e suas necessidades, conforme o disposto na Lei nº 12.764/2012 (Lei nº 12.724 de 27 de dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112 de 11 de dezembro de 1990) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Embora exista a necessidade de destacar os cuidados da Instituição para com este público, no

qual ratificamos que o NACESS oferece os mesmos recursos que aos(às) demais discentes, outras formas de inclusão social se constituem como: a residência estudantil para discentes com moradia de origem fora de Castanhal; a concessão de bolsas permanência para discentes em situação de hipossuficiência econômica; o processo seletivo para quilombolas e indígenas e também pela equipe de assistência estudantil do Campus Universitário de Castanhal com psicóloga, assistente social e pedagoga.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Em conformidade com o Regimento de Ensino da Graduação da UFPA, no qual aponta a necessidade de organização do trabalho docente e das atividades didático-pedagógicas, o Curso adota como uma das estratégias no início de cada período letivo a Semana de Planejamento Acadêmico, com o envolvimento da Direção da Faculdade, do Corpo Docente, da Secretaria Acadêmica e da Representação Estudantil não só para atender uma exigência legal, mas sobretudo, como importante momento que possibilita aos sujeitos envolvidos, especialmente os(as) docentes, planejar ações de ensino voltadas para a realidade dos(as) discentes, tornando o processo mais rico e prazeroso.

Esses encontros têm como ponto de partida, as diretrizes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que, baseado em reuniões anteriores, elabora o planejamento das atividades a serem desenvolvidas, direcionadas à avaliação da efetividade das ações curriculares, bem como à melhoria da prática docente, minimizando o planejamento individualizado do trabalho acadêmico.

Nesses momentos serão observadas e potencializadas as novas tecnologias de ensino que embasarão durante a prática pedagógica os(as) docentes a estimular os/as discentes à pro-atividade do desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão, tão necessários à formação do(a) futuro(a) profissional que irá atuar no mundo do trabalho.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação como elemento chave na organização do trabalho pedagógico precisa considerar os/as discentes no processo. Em vista disso, o PPC deve ser avaliado pelos(as) discentes ativos(as), não só no que tange à matriz curricular, assim como nas condições técnico-administrativas que envolvem a organização da sua gestão.

Questões que envolvem, por exemplo, o calendário acadêmico, a organização disciplinar por período e a carga horária de atividades acadêmicas previstas, as questões relacionadas aos conteúdos e procedimentos metodológicos das disciplinas, as questões relativas à relação professor(a)/discente, discente/gestão, ligados à infraestrutura geral do Campus e suas relações com a sociedade devem ser objetos de constante observação.

Para viabilizar e qualificar a avaliação da aprendizagem, em sentido mais amplo, uma das possibilidades será a construção de instrumentos avaliativos específicos para serem aplicados aos sujeitos envolvidos ? docentes, discentes e técnicos(as). Ao serem propostos pelo NDE e referendados pelo Colegiado do Curso, estes instrumentos contribuirão para o planejamento das ações a cada início de Período Letivo.

No que se refere à avaliação da aprendizagem do(a) discente, o(a) docente deve atender às orientações legais, ou seja, no encerramento de cada semestre, será necessário fazer o registro eletrônico do conceito final de acordo com as orientações do órgão central de registro acadêmico, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após encerramento do período letivo.

Para efeito de consolidação e atribuição de conceitos ao(à) discente, será utilizada a seguinte convenção estabelecida no Regimento Geral da UFPA:

? Insuficiente/INS - (0 a 4,9)

? Regular/REG - (5,0 a 6,9)

? Bom/BOM - (7,0 a 8,9)

? Excelente/EXC - (9,0 a 10,0)

A cada etapa do processo de avaliação, o(a) docente deve atribuir ao/à discente um dos conceitos descritos anteriormente, conforme desempenho de aprendizado. Aliado a esse conceito, registra-se que ainda existe o Sem Frequência (SF), indicado a estudantes que não obtiveram o mínimo de 75% de frequência e Sem Avaliação (SA) para aqueles que não realizaram o mínimo de avaliações previstas.

Em cada período letivo, será considerado aprovado(a), o(a) discente que obtiver na Avaliação Geral do Conhecimento (AGC), o conceito igual ou superior a regular (REG) e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.

O(A) discente deve ser submetido(a) a pelo menos a duas avaliações durante o semestre, sendo assegurada a realização dos exames de segunda chamada, desde que seja protocolada a entrada com requerimento junto à FEF em até 72h (setenta e duas horas) após a primeira chamada, conforme com o disposto no Art. 14, Parágrafo Único da Resolução n.580/92 ? CONSUN.

O Regulamento de Ensino de Graduação garante, ainda, a Avaliação Substitutiva ao

aluno com frequência igual ou maior que setenta e cinco por cento (75%), porém SEM CONCEITO para aprovação nas atividades curriculares. O(A) professor(a) de cada componente curricular define os instrumentos e as orientações para a aplicação dessa avaliação, que deve substituir o conceito final até 5 (cinco) dias depois da conclusão do processo.

Após a atribuição e o lançamento dos conceitos e das notas aos(às) discentes em conformidade com os métodos de avaliação, os materiais de avaliação contendo conceito e visto dos(as) docentes responsáveis, devem ser por estes(as) devolvidos aos(às) seus(suas) autores(as), mediante recibo na folha de frequência da avaliação. Esse ato assegura ao(à) discente o direito de recorrer à revisão de conceito, no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da devolutiva, devendo apresentar, quando couber o material avaliado. A revisão de conceitos deve ser solicitada via requerimento pelo(a) discente à FEF.

O processo é analisado por uma Comissão formada por três docentes nomeados(as) pelo(a) Diretor(a) da Faculdade, sem a participação do(a) docente em questão. A Comissão ouvirá o(a) docente, discente e outros(as) que considere necessário para emissão de parecer conclusivo no prazo de até cinco dias úteis.

A adoção de instrumentos variados para a avaliação da aprendizagem é necessária para garantir a checagem do desempenho do(a) aluno(a) em várias perspectivas. Nessa direção, os docentes devem adotar, além da prova, trabalhos em grupos, seminários, tarefas práticas, entre outros, garantindo desempenhos individuais e coletivos.

Os Cursos de Graduação da UFPA deverão adotar o planejamento e a avaliação como procedimentos necessários e permanentes da organização curricular e do processo de ensino e aprendizagem de acordo com a Resolução nº 4.399 CONSEPE 14.05.2013. O artigo 70 do Regulamento do Ensino de Graduação determina que a avaliação das atividades didático-pedagógicas deve ocorrer ao término de cada período letivo.

Assim, o Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação englobará: auto avaliação dos Cursos de Graduação, obrigatória em cada período letivo, por meio do Sistema de Avaliação On-line (SIAM) e outros procedimentos complementares e a análise dos resultados das avaliações externas.

O Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação terá como objetivos:

? Identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do Projeto Pedagógico dos Cursos, em todas as suas dimensões;

? Subsidiar decisão dos(as) gestores que favoreçam a melhoria do Ensino de Graduação.

Neste sentido, a avaliação deverá ser desenvolvida considerando o processo como sendo sistemático, gradual, cumulativo e cooperativo, identificando se houve, a construção da aprendizagem a partir dos conteúdos socioculturais, avançando para a reorganização de novas possibilidades capazes de qualificar o processo educativo.

Vale ressaltar que ao considerar a diversidade metodológica que os(as) docentes desenvolvem em seus cotidianos educativos, podendo optar por atividades individuais e em grupo através de: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, apresentação de trabalho, apresentação de seminário, elaboração e/ou execução de projetos, avaliação escrita e/ou prática, produção científica, artística e cultural, ações de intervenção, além de outras possibilidades pedagógicas.

A avaliação do ensino ainda tomará como referência o que pauta as práticas qualitativas, quais sejam:

? Domínio cognitivo ? a capacidade do(a) discente em relacionar o seu conhecimento com o novo conhecimento desenvolvido nas práticas de sala de aula;

? Qualidade das atividades ? cumprir as tarefas propostas pelos(as) professores(as) com disposição, empenho e interesse;

? Disponibilidade para desenvolver atividades em equipe ? apresentar-se de forma cooperativa, capaz de interagir com o outro, de forma a potencializar a construção de conhecimentos;

? Autonomia ? expor no cotidiano da sala de aula a capacidade em tomar decisões e, ainda, propor alternativas visando solucionar problemas.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física passará por processo de avaliação a cada cinco anos. Esse procedimento se fará, considerando a coletividade dos diferentes sujeitos envolvidos ? docentes, discentes, discentes, técnicos(as), gestores(as) e a comunidade em geral, considerando os diversos territórios representados com vistas a qualificar cada vez mais a missão da Universidade no que se refere ao tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

O curso de Educação Física Bacharelado incorpora práticas avaliativas ao seu cotidiano que viabilizam a realização de processos mais participativos, possibilitando a qualificação destes em dimensões técnica e pedagógica. Dessa forma, a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) dá-se mediante práticas institucionais, a saber:

? Reunião do Núcleo Gestor do Curso: ocorre regularmente e engloba os(as) gestores(as) do Curso. Nesse espaço são discutidas proposições às atividades realizadas a cada semana e pautas referentes às situações demandadas pelos(as) alunos(as);

? Reunião de Colegiado: realizadas mensalmente e consistem em espaço de deliberação colegiada sobre questões predominantemente estratégicas como: práticas pedagógicas, posturas dos(as) professores(as) e alunos(as), avaliação da aprendizagem, revisão do PPC, metodologias de ensino, relacionamento professor(a)-aluno(a) e infraestrutura, visando o permanente aperfeiçoamento do Curso;

? Reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE): envolvendo o grupo de docentes eleitos(as) pela Portaria n. 031/2021, atendendo a exigência do MEC segundo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 01 de 17 de junho de 2010 e a Resolução nº 4. 908 de 21 de março de 2017 que Institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Este Núcleo possui atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC, no qual lança mão de instrumentos com indicadores de qualidade, para monitorar de maneira contínua e processual, a sua execução.

Assim, pretende-se detectar o alcance dos objetivos estabelecidos no PPC, permitindo diagnosticar os aspectos favoráveis e desfavoráveis que resultam na consolidação dos pontos fortes e das soluções que minimizarão ou eliminarão os pontos fracos em curto, médio e longo prazos. Além dos processos empregados pela Faculdade supracitados, a avaliação do PPC também dar-se-á por meio de instrumentos de avaliação on-line disponibilizados via SIAV/PROEG.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Antônio Valdir Monteiro Duarte	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Dalva de Cássia Sampaio dos Santos	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Daniel Alvarez Pires	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva
Darinêz de Lima Conceição	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Eduardo Macedo Penna	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva
Elren Passos Monteiro	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva
Elton Vinicius Oliveira de Sousa	Mestre	Saúde	Dedicação Exclusiva
Euzébio de Oliveira	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva
Josafá Gonçalves Barreto	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva
Juciléia Barbosa Bezerra	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva
Lilian Silva de Sales	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Marcelo Pereira de Almeida Ferreira	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Otávio Luiz Pinheiro Aranha	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Renata Vivi Cordeiro	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Sérgio Eduardo Nassar	Doutor	Educação	Dedicação Exclusiva
Suelen Merlo	Doutor	Saúde	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

A Faculdade de Educação Física dispõe, na Secretaria, de uma servidora.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Gabinetes de trabalho individuais para a Direção e a Vice Direção	Imóvel	4	Administrativa	2
Gabinetes de trabalho, em duplas, para os docentes do Curso	Imóvel	4	Orientação acadêmica	8
Salas de aula tamanho padrão para realização de aulas	Imóvel	40	Aula	7
Ginásio Poliesportivo coberto, com arquibancada, vestiários e iluminação	Imóvel	300	Aula	1
Salas de almoxarifado de materiais esportivos	Imóvel	5	Aula	1
Sala de Musculação	Imóvel	15	Aula	1
Piscina semiolímpica, com oito blocos de partida	Imóvel	15	Aula	1
Laboratório de Expressão Corporal	Imóvel	15	Aula	1
Laboratório de Bioquímica, Nutrição e Fisiologia do Exercício (LABIOQNEF), funcionando em duas salas anexas ao Ginásio de Esportes	Imóvel	15	Aula	1
Laboratório de Lutas	Imóvel	15	Aula	1
Laboratório de Epidemiologia Espacial sediado em gabinete docente	Imóvel	4	Aula	1
Quadra de voleibol de areia	Imóvel	20	Aula	1
Campo de Futebol	Imóvel	20	Aula	1
Secretaria para atendimento à comunidade	Imóvel	4	Aula	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Campo de Futebol	Outros	Cedido	4	Trave, bola, etc.
Gabinetes de trabalho individuais para a Direção e a Vice Direção	computador	Cedido	2	
	datashow	Cedido	1	
	Impressora	Cedido	1	
	Notebook	Cedido	1	
	Monitor	Cedido	2	
	teclado	Cedido	2	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROEIRA, Kalline Pereira. Estágio supervisionado e possibilidades para uma formação com vínculos colaborativos entre universidade e a escola. In: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Estágios supervisionados na formação docente: Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA/2020. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/> >. Acesso em: maio/2021.

BRASIL. Lei nº 3.191, de 2 de Julho de 1957. Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. Brasília, DF, 1957.

____. CNE/Parecer de nº 853, de 12/11/1971: Versa sobre a Educação Física como atividade curricular no ensino escolar, 1971.

____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

____. Decreto de nº 5626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais/Libras. Brasília, 2000.

____. Lei de nº 12.724, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação. Brasília: MEC/SEB/DICEI. 2013.

____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Portaria MEC/INEP de nº 241, de 02 de junho de 2014: Estabelece normas para a organização do Exame Nacional dos Estudantes da Educação Superior/ENADE. Brasília, 2014.

____. Resolução nº 02 de 1 de Julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

____. Governo do. Portaria MEC/INEP de nº 481, de 06 de junho de 2017: Estabelece normas para a organização do Exame Nacional dos Estudantes da Educação Superior/ENADE. Brasília, DF, 2017.

____. Resolução nº 6, de 18 de Dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília, DF, 2018.

____. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF, 2018.

____. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de Dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2018.

BETTI, Mauro. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1992.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.

CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira; MEDEIROS, Marinalva Veras. Formação docente: da teoria à prática, em uma abordagem sócio histórica. Revista E-Curriculum. São Paulo. v. 1, n. 2, junho de 2006.

CARBINATTO, M.V. A teoria da complexidade e a educação física: buscando a religação dos saberes na área. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

DAOLIO, J. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus, 2000.

_____. DAOLIO, J. Educação Física e o conceito de cultura. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FONTES, E. Memória e história da interiorização da UFPA: Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 20, p. 93-114, 6 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 4 ed. São Paulo, SP: Scipione, 1997.

GARIGLIO, J. A. O papel da formação inicial no processo de constituição da identidade profissional de professores de Educação Física. Revista Brasileira Ciência do Esporte, Florianópolis, v.32, n 24, p. 11-28, dez. 2010.

GEBARA, Ademir. Educação Física e Esportes no Brasil: perspectivas (na história) para o século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

IBGE ? INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUENZER, Acacia Z. As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação

flexível: apontamentos para discutir categorias e políticas. Curitiba, 2007.

KUNZ, Elenor. Pedagogia do Esporte, do Movimento ou da Educação Física? In: KUNZ, E.; TREBELS, A. H. (Orgs.). Educação Física Crítico-emancipatória: com uma perspectiva da pedagogia alemã do esporte ? Ijuí: Editora Unijuí, 2006. _____. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

_____. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991. LUCKESI, Cipriano. Avaliação e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

MOREIRA, Wagner Wey (Org.). Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

_____. Por uma concepção sistêmica na pedagogia do movimento. In: _____. (Org.). Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI. 14. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PARÁ. Resolução CONSEPE nº 4399/2013 de 14 de maio de 2013. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Federal do Pará, 2013.

_____. Regimento Geral da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

_____. CONSEPE/Resolução nº 4.399 de 14 de maio de 2013. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. Interdisciplinaridade: o cultivo do professor. São Paulo: Pioneira, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poíesis Pedagógica, v. 3, n. 3-4, 2005/2006.

PINHEIRO, Eduardo José. O Ensino interdisciplinar. Revista Scientia. Vila Velha. v. 3, n.2, p. 39-50., jul./dez. 2002.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1988.

SÉRGIO, M. Motricidade Humana: contribuições para um paradigma emergente. Blumenau, SC: Furb, 1995 (Coleção Epistemologia e Sociedade).

_____. Um corte epistemológico: da Educação Física à Motricidade Humana. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

_____. Alguns olhares sobre o corpo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 150 p.

_____. A racionalidade epistêmica na Educação Física do século XX. In: SÉRGIO, M.; ROSÁVRIO, T.; FEITOSA, A. M.; ALMADA, F; VILELA, J.; TAVARES, V. O Sentido e a Ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2008, p. 13 -30. SOARES, Carmem Lúcia et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Educação Física: raízes europeias e Brasil. SP: Autores Associados, 2017 (Coleção educação contemporânea).

SCHÖN, D. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOARES, C. L. et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, E. R. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. EFDeportes.com,

Revista Digital. Buenos Aires, Nº 169, 2012.

TAFFAREL, C. N. Z. A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. 1993. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

TANI, G. et al. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EDUSP, 1988.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

UFPA-SIGAA. Universidade Federal do Pará-Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Disponível em: < <https://www.sigaa.ufpa.br/> >. Acesso em: Abril, 2022.

VELOZO, Emerson Luís. Educação Física, Ciência e Cultura. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 3, p. 79-93, maio/2010.